

## ANALISANDO A HISTÓRIA LOCAL: A IRMANDADE DOS NEGROS DO ROSÁRIO EM CAICÓ/RN

Carlos Vinicius de Brito Bezerra<sup>1</sup>  
Maria Aparecida Cruz da Silva<sup>2</sup>  
Arthur Cassio de Oliveira Vieira<sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a irmandade dos negros do rosário na cidade de Caicó, no Rio Grande do Norte. Tendo em vista esse recorte geográfico, vamos nos focar na importância social da irmandade para com a comunidade de negros escravizados em Caicó, anteriormente chamada de “Vila do Príncipe” durante o período colonial. Primeiramente vamos lançar o nosso olhar para o início da irmandade, tendo sido fundada em 1771 e oficializada em 1775, ela tinha como principal função a compra de alforrias para negros escravizados e também dar abrigo para escravos que fugiam de seus senhores. Como nossa principal fonte, vamos analisar as cartas de alforrias e inventários destes negros, usando como metodologia a hermenêutica e a heurística, assim lançando um olhar crítico sobre os documentos analisados. Como referencial teórico, vamos utilizar o conceito de “Instituição” proposto por Justino Magalhães, por meio do qual visamos explorar o papel da irmandade dos negros do rosário enquanto instituição social e libertária. Por fim, esperamos trazer à luz o papel que o grupo teve na libertação e inclusão dos negros livres numa sociedade colonial que os estigmatizava como indignos de sua liberdade, exaltando sua relevância social que se estende para muito além de seu período de fundação no séc. XVII.

**Palavras-chave:** História, Negros, Caicó, Fontes.

### INTRODUÇÃO: OLHAR PARA O PASSADO IMPORTA

A ideia desta pesquisa surgiu durante a atuação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), trabalhando com uma turma do 9º ano dos Anos Finais na cidade de Caicó/RN, abordando questões de cunho étnico-racial. Durante as aulas, em uma turma de alunos majoritariamente não-brancos, notou-se o fato de que eles não tinham conhecimento do passado colonial de Caicó. Além disso, desconheciam a Irmandade dos Negros do Rosário, uma sociedade do período colonial formada por escravos libertos que ajudava a libertar mais pessoas. Pensando nisso, decidimos construir este artigo com o intuito de possibilitar que futuros professores acessem uma abordagem da história local da comunidade negra, visando formar alunos conscientes de sua própria ancestralidade.

---

<sup>1</sup> Graduando de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - CERES/UFRN, [vinicius.brito.068@ufrn.edu](mailto:vinicius.brito.068@ufrn.edu) .

<sup>2</sup> Graduanda de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - CERES/UFRN, [aparecidaruimaria@gmail.com](mailto:aparecidaruimaria@gmail.com) .

<sup>3</sup> Professor do DEDUC - CERES/UFRN. Doutor em Educação. Mestre em História. Pedagogo e Historiador, [arthur\\_cassio@yahoo.com.br](mailto:arthur_cassio@yahoo.com.br) .

Assim, vamos inicialmente contextualizar de forma sucinta a Caicó de 1700 (Vila do Príncipe), visando construir um plano de fundo para abordarmos então a Irmandade dos Negros do Rosário e seu papel durante a sua fundação e, posteriormente, explanar como ela se encontra na atualidade. A região onde hoje está Caicó começou a ser colonizada pelos portugueses no final do século XVII. A presença dos colonizadores portugueses levou à criação de fazendas de gado e ao desenvolvimento da agricultura e da manufatura.

Durante o período colonial, Caicó fazia parte da Capitania do Rio Grande. A administração colonial portuguesa incentivava a ocupação do interior para garantir a segurança contra invasões estrangeiras e ataques indígenas. Em 1700, os missionários católicos, particularmente os jesuítas, desempenharam um papel fundamental na evangelização forçada dos povos indígenas e na estruturação das primeiras comunidades. As atividades econômicas da região eram muito enraizadas na produção agrícola, tendo em vista que estavam inicialmente divididas entre a produção de gado e a de cana-de-açúcar. De acordo com Myurakitan Macedo em sua obra, *A Penúltima Versão do Seridó*, podemos entender que:

Com a expansão do cultivo da cana, que se alastrava por todos os terrenos disponíveis e apropriados a sua lavoura, a situação da pecuária tornou-se insuportável. Afinal, crescendo a renda com a exportação do açúcar, crescia a ocupação dos solos e, destarte, a demanda pelo gado, visto que a população envolvida com a agro-manufatura açucareira - dos senhores aos escravos - compunha sua dieta à base da carne bovina, e necessitava, por outro lado; da força tradicional dos bois para o transporte e moagem da cana. (MACEDO, 2012, p. 30)

Mas esse alastramento da produção açucareira vinha com o seu preço, pois a coexistência da produção de açúcar e da pecuária tornou-se economicamente inviável, levando à preocupação expressa na Carta Régia de 1701, que proibia a criação de gado a menos de 10 léguas do litoral. Isso estabeleceu a necessidade de separar a monocultura de cana-de-açúcar da pecuária, criando nos sertões um espaço distinto da área açucareira. A viabilidade de outras regiões para a criação de gado já havia chamado a atenção dos holandeses durante sua passagem pela capitania do Rio Grande (Macedo, 2012).

A monocultura da cana-de-açúcar, predominante no litoral, exigia grandes extensões de terra fértil, enquanto a pecuária necessitava de amplos espaços para pastagem, levando ao deslocamento para os sertões. A decisão de separar a produção açucareira da pecuária não só mitigou os conflitos, mas também contribuiu para o desenvolvimento diferenciado das regiões. Nos sertões, a pecuária encontrou um ambiente propício para seu crescimento, beneficiando-se das vastas áreas disponíveis. Esse movimento foi percebido e relatado pelos holandeses durante sua ocupação no Nordeste brasileiro, conforme observado por Joan Nieuwhof, que destacou a importância logística do abastecimento de gado a partir do Rio Grande.

A separação entre a monocultura da cana e a pecuária foi uma estratégia necessária para otimizar a economia colonial. Essa medida não só resolveu conflitos imediatos, mas também impulsionou o desenvolvimento das regiões interiores, ampliando a base

econômica da colônia e demonstrando a adaptabilidade e resiliência das práticas coloniais frente aos desafios territoriais e produtivos. Mas, nem tudo são avanços econômicos. Como é sabido, a dinâmica colonial também englobava o uso de mão de obra escrava e em Caicó não seria diferente, pois, tanto indígenas capturados quanto africanos trazidos pelo tráfico negreiro foram utilizados como mão de obra nas fazendas e atividades agrícolas.

Nesse contexto, a predominância de escravos nos sertões foi muito menor do que na lavoura de cana-de-açúcar por motivos claros: o alto custo dos escravos, que tornaria inviável a atividade, a dificuldade de manter um controle rigoroso sobre os cativos e a pouca necessidade de mão de obra, uma vez que um vaqueiro era suficiente para cuidar de 250 cabeças de gado. A convicção de Cascudo, que defende a ideia de uma suposta democracia racial nos sertões e nega os maus-tratos aos escravos negros nessa região, parece-nos válida (MACEDO, 2012).

Perante essa ótica, podemos entender que:

o escravo vaqueiro não poderia ter o mesmo tratamento que aqueles do eito dos canaviais. Haveria certamente uma maior plasticidade no trato dos escravos, senão o campo aberto e pouco povoado seria por demais sedutor para lhes inspirar constantes fugas. No entanto, é preciso ter cautela, a mão de obra negra foi imprescindível no trato pastoril e não foi incompatível com o trabalho nos campos como por vezes possa parecer. Os criadores de gado faziam uso do trabalho escravo e se integravam sem nenhuma contradição na sociedade escravista da época. Sem direitos assegurados, posto que eram tidos como coisas, os negros não raro sofriam duplamente os rigores da lei, aquela representada pela vontade de seus senhores e a outra deliberada em júri. (MACEDO, 2012, p. 45-46)

Vemos aqui a complexa realidade da escravidão nos sertões em comparação com as plantações de cana-de-açúcar. Embora o uso de escravos na pecuária fosse significativamente menor devido ao alto custo e à natureza do trabalho, que exigia menos mão de obra, a brutalidade e a falta de direitos dos escravos permaneciam. Cascudo sugere uma "democracia racial sertaneja", argumentando que os escravos vaqueiros experimentavam um tratamento mais brando, dada a dificuldade de controle em um ambiente vasto e pouco povoado. No entanto, essa visão deve ser abordada com cautela, pois, apesar das diferenças na dinâmica de trabalho, os escravizados na pecuária ainda enfrentavam duras realidades e a exploração contínua. Os criadores de gado, integrados à sociedade escravista, utilizavam mão de obra escrava sem contradição, e os negros escravizados sofriam tanto sob a autoridade de seus senhores quanto pelas leis vigentes, refletindo a rigidez e a crueldade do sistema escravocrata da época.

## **METODOLOGIA: COMO FAZER?**

O processo de análise das fontes escolhidas se deu através da hermenêutica e da heurística. A hermenêutica, tradicionalmente associada à interpretação de textos, particularmente nas ciências humanas, preocupa-se em compreender o significado profundo e contextual de uma obra. Neste trabalho, o material físico a ser analisado consiste num documento de libertação de um escravo, a fim de compreender o contexto

escravista de Caicó no século XVIII. A análise hermenêutica permitirá uma interpretação detalhada e contextual desses documentos, buscando desvendar as nuances e significados subjacentes ao texto. A heurística, por sua vez, é essencial para a descoberta e aprendizagem, privilegiando a experiência prática e a criatividade na resolução de problemas. Neste estudo, a heurística será aplicada para revisitar a logística de dominação colonial, buscando entendê-la pela ótica do oprimido, do negro escravizado. Essa abordagem permitirá uma visão crítica e inovadora dos processos históricos, explorando como a experiência dos escravizados pode oferecer novas perspectivas sobre o sistema escravista e suas dinâmicas.

Pensando na Irmandade dos Negros do Rósario, a compreendemos através do conceito de "Instituição" proposto por Justino Magalhães, que destaca a instituição como um fenômeno social complexo e dinâmico, que envolve estruturas, práticas e normas estabelecidas e perpetuadas ao longo do tempo. Educação, instituição e história da educação são domínios epistêmicos, substantivos, metodológicos e de investigação-ação que, em sua representação material e simbólica, como abordagem científica, exigem uma perspectiva multidimensional e multifatorial, tanto em termos sincrônicos quanto diacrônicos. Na sua evolução, conservação e consolidação, a dinâmica institucional se manifesta como um constructo onde a educação se atualiza cientificamente, axiologicamente, tecnologicamente, em termos de cidadania, humanidade e subjetivação. A história se apresenta como um discurso pleno, integrativo e evolutivo; e a instituição atua como enquadramento, referência, meta educação, estrutura de ação e de institucionalização. Estabelecer conexões entre esses domínios é torná-los inteligíveis, racionais, significativos e projetivos (Magalhães, 1998).

Utilizamos como fonte oral uma entrevista cedida pelo atual presidente da Irmandade, Pedro Pereira Cavalcanti, também conhecido como Xambaril. De maneira solícita, relatou-nos não só a sua vivência dentro da irmandade, como também apresentou de forma sucinta as bases da irmandade e seus mais de 200 anos de história. Quando pensamos em fontes orais ou em história oral, devemos também pensar em como ela pode ser produzida. José Carlos Sebe B. Meihy e Fabíola Holanda Barbosa nos apresentam o que seria essa oralidade histórica:

Entre muitas outras questões, os conceitos e as definições são algumas das que povoam a cabeça de quantos se preocupam em entender o papel da história oral como forma de pensar a sociedade contemporânea. Valendo-se de diálogos gravados, as percepções da vida social são registradas de maneira a se constituir em fontes ou documentos que, contudo, devem ser considerados desde sua origem. (MEIHY e BARBOSA, 2015, pg. 13)

A história oral, ao utilizar diálogos gravados, permite registrar percepções da vida social que se transformam em valiosas fontes ou documentos. No entanto, é crucial considerar esses registros desde sua origem, compreendendo o contexto em que foram produzidos, a subjetividade dos depoentes e a influência do entrevistador.

Esse cuidado garante uma interpretação mais precisa e rica das dinâmicas sociais, oferecendo uma perspectiva única e aprofundada sobre a experiência humana e sua memória coletiva. Afunilando um pouco mais, podemos considerar o método utilizado como história oral temática. Para Meihy e Barbosa:

A história oral temática se aproxima em certa medida dos procedimentos comuns às entrevistas tradicionais. Isso, aliás, é um risco e tem sido lugar-comum a quem não entende de história oral. Porque se supõe que entrevista é meramente um diálogo investigativo, não faltam confusões. A diferença é que os procedimentos que determinam a história oral não se restringem apenas ao ato de apreensão das entrevistas. Todo o enquadramento em etapas previstas no projeto caracteriza o trabalho de história oral temática. (MEIHY e BARBOSA, 2015, pg. 35)

Assim, com a compreensão da natureza conceitual do relato e do modo como as fontes e a problemática serão abordadas, nos próximos tópicos adentraremos de forma mais específica esses aspectos. Além disso, serão apresentadas imagens da sede da irmandade e dos documentos utilizados, proporcionando uma melhor visualização dos elementos que serão discutidos.

### **NEGROS: DA ESCRAVIDÃO A “LIBERDADE”**

*A irmandade do Rosário é uma resistência cultural e de fé. Onde vem trazendo os anseios dos ancestrais desde o tempo da escravidão, trazendo seus anseios de conquistas, de querer ser humano e de ter fé. Já há 250 anos.*

*(Pedro Pereira Cavalcanti)*

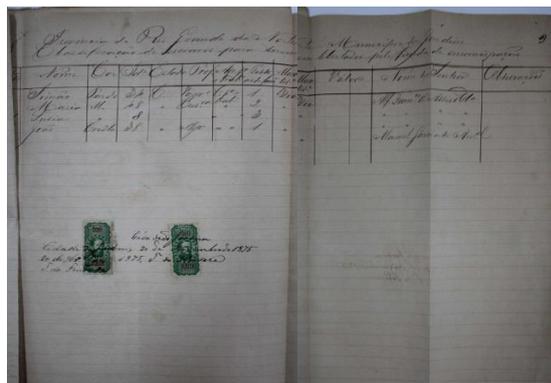
Quando abordamos o presidente da irmandade sobre “o que é a irmandade?”, ele quase de imediato nos trouxe a frase acima como resposta. Se analisarmos o que foi dito, podemos extrair que no fim as raízes culturais e religiosas mantêm o grupo de pé desde sua fundação até os dias atuais. Não só isso, entender que um grupo majoritariamente feito de pessoas negras, para ajudar pessoas negras num país como o Brasil, impregnado de um racismo estrutural, por si só torna-se um ato constante de resistência. No *Guia Cultural Afro do Seridó*, somos apresentados a presença negra existente na região desde o período colonial, e em uma parte específica do guia somos apresentados ao surgimento das irmandades negras. Segundo Cavnignac e Macedo:

No Brasil, as irmandades negras surgiram no século XVII, com os festejos a Nossa Senhora do Rosário, introduzidos pelos jesuítas. Contudo, no Seridó, as primeiras irmandades datam do final do século XVIII. Mesmo sob o controle das autoridades católicas, os festejos incorporaram elementos culturais diversos, como os rituais de coroação dos reis e rainhas do Congo, de inspiração africana. Em Caicó, a primeira confraria negra do Seridó foi criada em 1771. A irmandade do Rosário dos Homens Pretos era composta por negros cativos e livres. O Termo de Aceitação que Fazem os Irmãos das Constituições deste Compromisso foi assinado no dia 16 de junho de 1771. Nele constam “as constituições do compromisso da irmandade” que deviam ser seguidas e respeitadas por todos os seus membros. (CAVIGNAC e MACEDO, 2018, pg. 19)

Entendemos então que essas irmandades desempenharam um papel fundamental na preservação e promoção da cultura africana dentro do contexto católico, daí compreendemos o porquê de “ser uma resistência de fé”. A igreja, neste sentido, tinha um papel na construção da dinâmica escravista na época. Mas resistir e se manter dentro de uma estrutura feita para lhe extinguir só demonstra que a atuação dos membros da irmandade se estende para muito além de serem libertários. Eles pleiteavam o direito de serem humanizados e de se integrarem a uma sociedade forjada com seu sangue e suor.

Tendo então como base tudo o que já foi apresentado sobre a cidade de Caicó (Vila do Príncipe no séc. XVII), sobre a economia da época que tinha como mão de obra o trabalho de negros escravizados e o surgimento da irmandade como um grupo de resistência da cultura negra, agora abordaremos a análise de algumas documentações adquiridas no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC) para que possamos melhor entender como se dava o processo de compra e liberação de escravos. O primeiro documento a ser analisado é a “Libertação de Escravo - Pedro Ferreira da Fonseca”, que logo em suas primeira páginas possui uma tabela, como vista abaixo:

#### Imagens 1 e 2: Tabela de Escravos



Fonte: Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC)

Como vista nas duas imagens acima, a tabela possuía um tipo de catalogação para os escravos, como uma forma de controle de mercadoria. Atribuindo a eles características relacionadas a sua cor, gênero, idade, estado, dentre outras subcategorias utilizadas para com os negros da época. Podemos com obviedade constatar a desumanização de pessoas negras, as tratando como de fato um bem de consumo.

Beatriz do Nascimento em seu livro *Uma história feita por mãos negras* uma indagação, “quem somos nós, pretos, humanamente?”, nos levando a uma reflexão profunda e multifacetada sobre a identidade negra. Essa questão é complexa e abre espaço para diversas interpretações e análises, abordando tanto a história e cultura quanto as experiências individuais e coletivas dos negros. Entretanto no contexto do seridó, de onde vem o negro? Temos a resposta dessa pergunta de forma bem clara e sucinta na fala de seu Xambaril, que afirma: O negro do Seridó é todo vindo da angola, desembarcando em São Gonçalo e começaram a descer pro Seridó {..} Os negros que vinham pro Seridó fazia a produção de coco, gado, algodão e mandioca (Diário de Campo, 2024).

Geograficamente podemos identificar de onde vieram os negros para chegar no Seridó, mas eles não nasceram como escravos, não vieram ao mundo arrastando correntes do outro lado do atlântico para cá. Entendemos, então, o porquê de “uma resistência cultural”, pois resguardar sua cultura era talvez a única forma de não se esquecer de suas raízes, pois “A verdadeira História Negra Brasileira é Oral” (Diário de Campo, 2024).<sup>4</sup>

Pensando na forma que Magalhães vê o conceito de instituição, não se limitando a um conjunto de regras formais, mas sim como um sistema de relações sociais que molda comportamentos e valores dentro de uma sociedade, somos capazes de fazer um paralelo direto a força de resistência que a irmandade do rosário vem fazendo, resguardando a cultura e identidade humana dos negros escravizados e indo além, os colocando como de fato cidadãos pertencentes a uma sociedade “naturalmente” oposta a essa integração.

Ainda olhando para o documento de libertação, podemos notar em suas 17 páginas uma série de termos como os vistos na imagem abaixo:

### Imagem 3: Termos de Forraçamento e termo de Libertação



Fonte: Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC)

Como podemos ver o processo de libertação não era simples, ele passava por algumas etapas, especificamente “Eram duas alforrias, a primeira de nome para se aproximar das famílias livres e depois tinha a segunda alforria para ser livre” (Diário de Campo, 2024). Entendemos que esse processo no Brasil se dava através da compra de sua própria liberdade, muitas vezes economizando dinheiro ganho em trabalhos extras; como presente ou recompensa concedida por seus senhores, seja por fidelidade ou serviços prestados; ou pela intervenção de terceiros, como parentes ou abolicionistas, que compravam a liberdade dos escravos. Alforrias também podiam ser condicionais, com cláusulas que os libertos deveriam cumprir.

<sup>4</sup> Diário de campo produzido pelo pesquisador Carlos Vinicius de Brito Bezerra a partir da entrevista feita com Pedro Pereira Cavalcanti (Xambaril) presidente da Irmandade dos Negros do Rosário, coletada no dia 30 de Julho de 2024.

Nesse contexto é que entra o papel da irmandade, nas palavras de seu Pedro: “A primeira vez que a irmandade foi registrada no dia 27 de dezembro de 1777 e daí pra cá vínhamos lutando para que acontecesse a conquista dos nossos direitos. Para ter acesso a igreja. Foi através da irmandade que nós pudemos ter acesso a igreja” (Diário de Campo, 2024). Assim, essa organização religiosa e comunitária proporcionou um meio para a população negra afirmar sua identidade, fortalecer laços de solidariedade e reivindicar um espaço na sociedade, incluindo o acesso a instituições como a igreja.

As irmandades funcionavam não apenas como centros de devoção religiosa, mas também como redes de apoio social e político, permitindo que os negros, muitas vezes marginalizados e excluídos, encontrassem formas de organização e resistência contra a opressão e o racismo. Esse acesso à igreja simboliza uma vitória significativa, pois representava uma inserção mais ampla na vida social e cultural, marcando um passo importante na luta contínua por igualdade e justiça.

Dentro do relato de seu Xambaril, ele traz um apontamento válido para que possamos acentuar ainda mais a estigmatização de pessoas negras como animais. Em determinado momento da entrevista, ele afirma que “Os fazendeiros forçavam suas mulheres a se relacionarem com os negros capitães do mato para ter mais mão de obra. E as mulheres escravizadas eram obrigadas a manterem relações com os senhores de escravos para ter mestiças para a produção” (Diário de Campo, 2024). Sabemos que durante o período escravista no Brasil, a exploração sexual das mulheres, tanto livres quanto escravizadas, era uma prática comum e cruelmente utilizada como estratégia para aumentar a força de trabalho nas fazendas.

Os senhores de escravos acreditavam que esses filhos mestiços poderiam se tornar trabalhadores valiosos, visto que seriam propriedade do senhor e, assim, aumentariam a força de trabalho disponível na fazenda sem a necessidade de adquirir mais escravos no mercado. Essa prática resultava em um ciclo contínuo de abuso e exploração, perpetuando a violência e a opressão sexual. As mulheres, tanto livres quanto escravizadas, enfrentavam uma realidade brutal onde seus corpos eram mercantilizados e utilizados como instrumentos de produção. Esse aspecto da história da escravidão no Brasil reflete a extrema desumanização e a crueldade infligida aos indivíduos escravizados, bem como a subjugação das mulheres em um sistema profundamente patriarcal e racista.

Ao longo dos séculos a forma como a irmandade atua foi se diferenciando, ela ainda lutava pela representatividade negra em todos os espaços, incluindo o religioso, mas trazia a arte e cultura africana na forma de festividade para o seridó, como um ato de resistência, adaptabilidade e eternização das lutas. Nos meses de outubro, em Caicó, e dezembro, em outras cidades, ocorre a Festa de Nossa Senhora do Rosário, que combina tradições católicas com práticas religiosas dos escravizados. Ao longo de seus 252 anos de história oficial, a festa revela a herança da escravidão, combate o preconceito e celebra a memória. A Irmandade preserva a cultura e a religiosidade dos negros, que se tornaram parte da identidade local.

Os festejos da Irmandade do Rosário mantêm-se vivos na tradição e cultura dos Negros do Rosário de Caicó, cuja Corte é constituída por um Rei Perpétuo e uma Rainha Perpétua, e seus sucessores, o filho e a filha mais velhos. Ainda segundo a tradição e estatuto da entidade, são escolhidos, na comunidade, um rei e uma rainha, além de um juiz e uma juíza, e a escritã, que participam dos festejos repassando seus respectivos

títulos para os próximos representantes durante o ritual de coroação que acontece no encerramento da festa, em frente a igreja. E claro, mantendo como um dos principais alicerces do festejo a devoção, pois “Nossa senhora do rosário é a figura principal, sendo um alicerce de fé” (Diário de Campo, 2024).

Assim, a história da Irmandade do Rosário é um poderoso testemunho da capacidade de resiliência e adaptabilidade de sua comunidade. Em um contexto marcado pela opressão e exclusão, a irmandade transformou barreiras em conquistas, estabelecendo um legado que se estende até os dias de hoje. A Festa de Nossa Senhora do Rosário, com suas raízes profundas na cultura afro-brasileira, não é apenas uma celebração religiosa, mas um ato de afirmação histórica e cultural que convida todos a reconhecer e valorizar a rica tapeçaria de experiências que compõem a identidade negra no Seridó. Com isso, a irmandade se posiciona como um farol de esperança e luta por justiça, igualdade e respeito às suas tradições e à sua história.

Entretanto, até que ponto toda essa luta se reflete na sociedade caicoense? Ainda podemos ver uma clara segregação racial, inclusive dentro da própria igreja, pois “ainda hoje existe um preconceito com os negros que fazem parte da festa do rosário. Tentam barrar os membros da irmandade de ver a missa, dizendo que não tem mais espaço” (Diário de Campo, 2024). As lutas podem não ser as mesmas de 1700, mas infelizmente no cenário atual do Brasil, marcado pelo racismo estrutural, ainda há perseguição, marginalização e matança de jovens negros. Podemos perceber que ainda estamos longe de alcançar o fim do racismo, mas conforme afirma seu Xambaril: “Nós negros temos que ser como a água, quando pode passar por cima de tudo, quando não arruma meios de passar por baixo. Água presa não anda, ela não serve se nada” (Diário de Campo, 2024).

Mesmo com conquistas históricas, a luta contra a segregação racial persiste, refletida em práticas discriminatórias dentro da própria igreja. A jornada por igualdade, respeito e justiça continua a ser desafiada pelas estruturas de poder que ainda marginalizam a população negra. A Irmandade do Rosário permanece, portanto, como um farol de esperança, resiliência e continuidade de uma luta que, apesar das mudanças ao longo dos séculos, ainda é necessária para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e igualitária.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho teve como objetivo trazer reflexões sobre como a Irmandade dos Negros do Rosário desempenhou um papel relevante nas lutas contra a segregação racial, que ainda persiste na sociedade caicoense. Essa segregação se manifesta de diversas formas, incluindo a exclusão dos negros em eventos religiosos e a marginalização contínua de suas vozes e culturas. A irmandade, ao longo de sua história, se tornou um espaço vital para a afirmação da identidade negra, permitindo que seus membros reivindicassem um lugar na sociedade e lutassem contra as injustiças que enfrentavam. Mesmo tendo que adaptar a sua forma de atuação, mudando enquanto instituição para conseguir se adaptar aos moldes sociais ao longo dos séculos, mas nunca alterando o seu objetivo original de irmandade refletindo valores como fraternidade, solidariedade e apoio mútuo entre os membros, relembando suas raízes como um símbolo mor de sua força, resistência e negritude.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário, celebrada até os dias atuais, é um testemunho poderoso da resistência e da preservação da cultura negra na região do Seridó. Este evento não é apenas uma celebração religiosa, mas também uma manifestação cultural que reúne a comunidade, reforçando laços de solidariedade e identidade. Através dessa festa, os negros de Caicó reafirmam suas tradições, suas histórias e sua luta por reconhecimento e respeito.

Integrar toda essa representatividade de força, resistência, luta e expressão de fé e cultura no contexto da sala de aula é fundamental. Ao trazer esses temas para o ambiente educacional, os professores podem oferecer aos alunos um exemplo concreto do legado da comunidade negra de Caicó. Isso não apenas proporciona aos estudantes um senso de pertencimento, mas também os ajuda a reconhecer e valorizar suas raízes enquanto negros. Essa conexão com a história e a cultura negra é essencial para a formação de uma identidade positiva e fortalecida.

Além disso, essa abordagem permite que os educadores saiam de suas zonas de conforto, incentivando-os a explorar novas metodologias de ensino que promovam a pesquisa e a aplicação do conhecimento de forma mais inclusiva. Ao fazer isso, os professores não apenas enriquecem o aprendizado dos alunos, mas também os formam como sujeitos críticos e socialmente conscientes. Essa formação é crucial em um mundo onde a diversidade e a inclusão são cada vez mais necessárias, preparando os alunos para serem agentes de mudança em suas comunidades e na sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras.** (organização Alex Ratts). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Cavignac, J. A., Macêdo, M. K. de, & Nascimento, J. C. do. (Coord.). **Guia Cultural Afro do Seridó.** Natal: Editora Flor do Sal, 2018.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom e BARBOSA, Fabíola Holanda. **História oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2015.

MAGALHÃES, Justino (1998). **Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas.** In: SOUSA, Cynthia Pereira de e CATANI, Denice Bárbara (orgs.) Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente. São Paulo: Escrituras Editora. p. 51-68.

MACÊDO, Muirakytan K. de. **A Penúltima Versão do Seridó.** Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2012.